



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 29ª (VIGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 09 (*nove*) dias do mês de novembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 29ª (*vigésima nona*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Maria Elineide Silva e Souza, Eliane Resplande Figueiredo de Sá, José Alexandre Goiana de Andrade, Anneline Magalhães Torres e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior. Em seguida, foram disponibilizadas para análise dos conselheiros, as resoluções referentes aos seguintes processos: 2/21/2018 – Relatora: Maria de Lourdes Albuquerque de Andrade; 1/864/2018 – Relatora: Jucileide Maria Silva Nogueira. Passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/1537/2016 – Auto de Infração: 1/201603891. Recorrente: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Recorrido: ROBOTEC SERVIÇOS DE REBOCOS LTDA ME. Relatora: CONSELHEIRA JUCILEIDE MARIA SILVA NOGUEIRA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **parcialmente condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1875/2019 – Auto de Infração: 1/201820516. Recorrente: ROBERTA CRISTINA BARRETO DE AGUIAR ME. Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELINEIDE SILVA E SOUSA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar no seguinte sentido: **1. Quanto a preliminar de nulidade suscitada pela parte, por cerceamento do direito de defesa, sob a alegação de ausência de provas e não entrega ao contribuinte, da documentação que embasou a autuação** – Afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que consta dos autos, que foram entregues ao contribuinte, todos os relatórios que subsidiaram a acusação fiscal. **2. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao Recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/880/2019 – Auto**

de Infração: 1/201820173. Recorrente: ROBERTA CRISTINA BARRETO DE AGUIAR ME. Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Relatora: CONSELHEIRA ELIANE RESPLANDE FIGUEIREDO DE SÁ. Decisão: A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, e declarar a **nulidade** do feito fiscal, com fundamento no art. 83 da Lei nº 15.614/2014, por falha na instrução probatória do ilícito denunciado. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/3212/2018 – Auto de Infração: 1/201806545. Recorrente: SOLEIL COMÉRCIO DE ÓTICA LTDA ME. Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, e declarar a **nulidade** do feito fiscal, por cerceamento do direito de defesa do contribuinte, em razão de falta de provas, uma vez que não foram especificadas quais as notas fiscais objeto da autuação. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 10 de novembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA